



SGD: 2020/30559/042747

JUSTIFICATIVA 10/2020/SES/SADM/DAEES

Palmas, 07 de abril de 2020.

**ASSUNTO:** Justificativa para alteração dos itens de equipamentos constantes em propostas habilitadas dentro do prazo estabelecido pelo Art. 12 § 4º da Portaria GM/MS GM/MS 3.134, de 17 de dezembro de 2013.

A Gerência de Engenharia Clínica da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, setor técnico responsável pela gestão da tecnologia e dos equipamentos hospitalares, conduzindo o processo de aquisição dos mesmos desde o início, bem como responsável pelo recebimento e manutenção (preventiva e corretiva) e testes de aceitação dos equipamentos, procedeu a uma revisão sistemática no conjunto de propostas de recursos financeiros do Bloco de Investimentos no âmbito da Portaria GM/MS 3.134, de 17 de dezembro de 2013, alterada pela Portaria MS Nº 163, de 30 de janeiro de 2020, que estendeu o prazo de execução dos recursos financeiros até o dia 31 de dezembro de 2021, e consubstanciada pelo Art. 3º da **RESOLUÇÃO CIT Nº 22, DE 27 DE JULHO DE 2017, emite neste expediente os fundamentos para a utilização dos recursos disponíveis para aquisição de equipamento mais adequados à necessidade atual neste cenário de acometimento da Covid-19.**

Resolução CIT Nº 22, de 27 de julho de 2017:

[...]

Art. 3º No caso de frustração do diagnóstico de necessidade que ensejou a definição de um ou mais equipamentos inicialmente aprovados pelo Ministério da Saúde, o ente beneficiário poderá utilizar os recursos disponíveis para aquisição de equipamento ou material permanente mais adequado à necessidade atual, observando as seguintes condições:

I - O equipamento ou material permanente deverá constar na Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes - RENEM;

II - Registrar no processo de aquisição os fundamentos normativos e a motivação que ensejaram a alteração dos equipamentos e materiais permanentes inicialmente aprovados pelo Ministério da Saúde;

III - É vedada a alteração destinada à aquisição de equipamentos com alocação condicionada a parâmetros populacionais e/ou de produção; e/ou associado a serviços de

alta complexidade que requerem habilitação prévia do MS, e/ou exigem condições especiais para funcionamento com insumos radioativos, a saber: equipamentos para TRS, mamógrafo, tomógrafo, ressonância magnética, equipamento para medicina nuclear (gama câmara, gama probe, PET CT), equipamentos para radioterapia e outros equipamentos que vierem a ter estabelecido critérios para a alocação.  
[...]

Os recursos elencados serão redirecionados para aquisição dos equipamentos listados na tabela anexa, e não mais para aquisição dos equipamentos que ensejou a definição inicialmente aprovada pelo Ministério da Saúde, devido ao crescimento exponencial de casos da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, justificadamente pelo disposto a seguir:

- 1) A atual situação que o mundo enfrenta contra a COVID-19, requer um cuidado de suporte a vida nas unidades de saúde, evitando a mortalidade populacional;
- 2) Estes recursos serão extremamente úteis para a disponibilização de condições estruturais de atendimentos na rede pública de assistência hospitalar estadual, maior referência aos usuários do SUS no Estado do Tocantins, sobretudo, neste cenário de acometimento pelo COVID-19.
- 3) Sabe-se que a pandemia do coronavírus poderá trazer impactos em todos os setores de saúde refletindo negativamente nos indicadores de condições de saúde afetados pelas medidas de precaução para a contenção de sua propagação mediante as ações tomadas neste momento da iminência de casos.
- 4) Os 18 hospitais estaduais possuem 1.549 leitos gerais e 107 leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI em 15 cidades distintas, dos quais 04 são de alta complexidade (HGP, Dona Regina, Hospital Regional de Gurupi e o Hospital Regional de Araguaína), representando 68% dos Leitos SUS que realizam aproximadamente 80% das internações que ocorrem no Estado, 76% dos procedimentos hospitalares e 63% dos procedimentos ambulatoriais (dados de 2019).
- 5) O exposto no Decreto nº 6.072, de 21 de março de 2020, que Declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Tocantins afetado pela COVID-19 (novo Coronavírus) - Codificação Brasileira de Desastre 1.5.1.1.0, e adota outras providências.

Destaca-se que esta gestão está imbuída do compromisso de utilização e prestação de contas destes recursos que contribuirá para as condições de trabalho da assistência a toda a população do estado.

Diante do exposto, considerando a insuficiência financeira para investimentos em equipamentos específicos de combate à covid-19, estão sendo redefinidos os tipos de equipamentos a serem adquiridos com os recursos das propostas citadas na tabela anexa, passando a ser adquiridos os equipamentos descritos na mesma.



Esta Secretaria de Saúde, por meio da Gerência de Engenharia Clínica tomará as medidas de ciência a CIR e CIB, conforme estabelece o Art. 6º da Resolução CIT Nº 22, de 27 de julho de 2017 e de explicitar a comprovação da execução no Relatório Anual de Gestão (RAG), conforme estabelece o Art. 4º.

[...]

Art. 4º A alteração dos itens constantes na proposta habilitada não requer autorização prévia do Ministério da Saúde, devendo o ente executar dentro do prazo estabelecido pelo Art. 12 § 4º da Portaria GM/MS GM/MS 3.134, de 17 de dezembro de 2013, bem como observando a comprovação da execução no Relatório Anual de Gestão (RAG).

[...]

Art. 6º O gestor de saúde estadual, do Distrito Federal ou municipal encaminhará a alteração dos itens aprovados ou da unidade beneficiada para conhecimento à Comissão Intergestores Regional (CIR), à Comissão Intergestores Bipartite (CIB) ou ao Colegiado de Gestão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (CGSES/DF).

[...]

Ante o exposto, seguem os autos para prosseguimento do feito.

**LUIZ EDUARDO FREIRE BORGES**

Gerente de Engenharia Clínica

**ROSEMEIRE DUARTE TEODORO**

Diretora de Arquitetura e Engenharia dos Estabelecimentos de Saúde

**LUIZ EDGAR LEÃO TOLINI**

Secretário de Estado da Saúde



## TABELA

**PROPOSTA 250531170001 / 09-028 - PORTARIA 3306/2009**

UNIDADES HOSPITALARES REDEFINIDAS	REDEFINIÇÃO		
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL DE AUGUSTINÓPOLIS	10	CAMAS HOSP.	R\$ 226.000,00
VALOR PARA HOSPITAL GERAL DE PALMAS	140	CAMAS HOSP	R\$ 3.164.000,00
SALDO EM CONTA DIA 30/03/2020			R\$ 4.507.636,70
ABATIMENTO DO VALOR DA AQUISIÇÃO REDEFINIDA			R\$ 3.390.000,00
SALDO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES			R\$ 1.117.636,70

**PROPOSTA 250531170001 / 09-003 – PORTARIA 3313/2009**

UNIDADES HOSPITALARES REDEFINIDAS	REDEFINIÇÃO		
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI	62	CAMAS HOSP	R\$ 1.401.200,00
SALDO EM CONTA DIA 30/03/2020			R\$ 1.407.052,46
ABATIMENTO DO VALOR DA AQUISIÇÃO REDEFINIDA			R\$ 1.401.200,00
SALDO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES			R\$ 5.852,46

**PROPOSTA 250531170001 / 09-007 – PORTARIA 3313/2009**

UNIDADE HOSPITALAR REDEFINIDA	REDEFINIÇÃO		
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL DE GURUPI	35	CAMAS HOSP	R\$ 791.000,00
SALDO EM CONTA DIA 30/03/2020			R\$ 804.801,29
ABATIMENTO DO VALOR DA AQUISIÇÃO REDEFINIDA			R\$ 791.000,00
SALDO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES			R\$ 13.801,90

**PROPOSTA 250531170001 / 09-008 - PORTARIA 3313/2009**

UNIDADES HOSPITALARES REDEFINIDAS	REDEFINIÇÃO		
VALOR PARA HOSP. REGIONAL DE GURUPI	5	CAMAS HOSP	R\$ 113.000,00
VALOR PARA HOSPITAL PEQ. PORTE DE ALVORADA	2	CAMAS HOSP	R\$ 45.200,00
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL ARAGUAÇU	2	CAMAS HOSP	R\$ 45.200,00
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL ARAPOEMA	2	CAMAS HOSP	R\$ 45.200,00
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL ARRAIAS	2	CAMAS HOSP	R\$ 45.200,00
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL AUGUSTINÓPOLIS	2	CAMAS HOSP	R\$ 45.200,00
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL DIANÓPOLIS	2	CAMAS HOSP	R\$ 45.200,00
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL GUARAI	2	CAMAS HOSP	R\$ 45.200,00
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL MIRACEMA	2	CAMAS HOSP	R\$ 45.200,00
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL PARAISO	2	CAMAS HOSP	R\$ 45.200,00
SALDO EM CONTA DIA 30/03/2020			R\$ 520.737,52
ABATIMENTO DO VALOR DA AQUISIÇÃO REDEFINIDA			R\$ 519.800,00
SALDO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES			R\$ 937,52

**PROPOSTA 250531170001 / 12-005 - PORTARIA 1369/2012**

UNIDADES HOSPITALARES REDEFINIDAS	REDEFINIÇÃO		
VALOR PARA HOSP. REGIONAL DE GURUPI	10	CAMAS HOSP	-R\$ 226.000,00
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL PEDRO AFONSO	2	CAMAS HOSP	R\$ 45.200,00
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL PORTO NACIONAL	2	CAMAS HOSP	R\$ 45.200,00
VALOR PARA HOSPITAL REGIONAL XAMBIOA	2	CAMAS HOSP	R\$ 45.200,00
VALOR PARA HOSPITAL MATERNO INFANTIL TIA DEDE	2	CAMAS HOSP	R\$ 45.200,00
VALOR PARA HOSPITAL INFANTIL PUBLICO DE PALMAS	2	CAMAS HOSP	R\$ 45.200,00
SALDO EM CONTA DIA 30/03/2020			R\$ 490.376,22
ABATIMENTO DO VALOR DA AQUISIÇÃO REDEFINIDA			R\$ 452.000,00
SALDO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES			R\$ 38.376,22